



Lista de participantes com recurso

IVA LOCAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA.

30/01/2025 | 22:08:04



Justificativa

Download do arquivo

Com base nos fatos e fundamentos expostos, a IVA LOCAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA entende que a proposta vencedora, tal como apresentada pela GA Pavimentações e Locações LTDA carece de qualificação econômico financeira. Sendo assim, a recorrente requer a reavaliação da decisão para fins de garantir que a execução da obra contratada ocorra em condições adequadas de viabilidade e segurança, sem comprometer a qualidade dos serviços e o interesse público. requer-se: A inabilitação da empresa GA Pavimentações e Locações LTDA, por descumprir os requisitos editalícios referentes à apresentação do Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis

Lista de contrarrazões

GA PAVIMENTACOES E LOCACOES LTDA

04/02/2025 | 16:04:59



Justificativa

Download do arquivo

A GA Pavimentações e Locações Ltda considera improcedentes os argumentos apresentados no recurso administrativo interposto pela IVA Locações e Construções Ltda.



ILMO. SR. AGENTE DE CONTRATAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE-MG

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 166/2024

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 016/2024

GA PAVIMENTAÇÕES E LOCAÇÕES
LTDA, pessoa jurídica de Direito Privado, já
qualificada nos autos do Processo Licitatório em
epígrafe, em face do recurso administrativo
interposto pela empresa IVA LOCACOES E
CONSTRUÇOES LTDA, vem à presença de V.S^a

CONTRARRAZÕES

De acordo com as disposições de fato e direito que passa a expor.

- 1. RAZÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO E SÍNTESE DO PROCESSO LICITATÓRIO
A REFORMA DA DECISÃO IMPLICARÁ EM PREJUÍZO PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.**



O recurso administrativo interposto se sustenta em alegações atinentes ao Balanço apresentado pela recorrida como forma de comprovar sua capacidade econômico-financeira. Em resumo, são estas a teses defendidas pela empresa recorrente:

1. Descumprimento do item 13.1.3.1 do edital de licitação: não foram apresentados em conjunto com o balanço: dados, comprovação do profissional contábil que o realizou, sem as demonstrações contábeis, sem notas explicativas, sem termo de abertura ou encerramento e o mais importante sem autenticação;
2. Ausência de registro do balanço na Junta Comercial
3. Pede a inabilitação da recorrida

Pois bem, o PL 166/2024 tem por objetivo a contratação de empresa especializada para execução de obras de pavimentação asfáltica das Ruas Laís Franco, Dep. Eli Franco, Manoel da Silva Reis, Ana Lobo, Francisco Rodrigues Pereira Campos e Guilherme Monteiro de Castro, Bairro Angélica, no município de Conselheiro Lafaiete/MG, conforme Contrato de Repasse n ° 937711/2022/MDR/CAIXA, operação 1085505-04, de acordo com projetos, quantitativos e condições contidos nos Anexos I e II, integrantes do Edital.

A sessão de disputa teve início em 06 de janeiro de 2025, ficando a classificação final da seguinte maneira, considerando apenas as três primeiras colocadas:

NOME/RAZÃO SOCIAL	ÚLTIMO LANCE
GA PAVIMENTAÇÕES E LOCAÇÕES LTDA	R\$ 939.650,21
CONSTRUTORA AGD LTDA	R\$ 975.000,00
IVA LOCAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA	R\$ 977.236,22
VALOR ESTIMADDO	R\$ 1.252.866,95



A demonstração acima aponta que o mais razoável e condizente com o interesse público subjacente à contratação é a manutenção do resultado declarado pelo agente de contratação, porquanto representa a solução mais vantajosa para o município.

2. VANTAGEM DA PROPOSTA VENCEDORA

A MELHOR PROPOSTA GARANTE O INTERESSE PÚBLICO E ATENDE A DISPOSITIVOS LEGAIS E ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL

Comparação das Propostas:

Proposta	Valor (R\$)	Diferença em relação ao Estimado Economia (%)	
Valor estimado (edital)	1.252.866,95		
Proposta GA Pavimentações	939.650,21	-313.216,74	-25,00%
Proposta do Recorrente	977.236,22	-275.630,73	-21,99%

A proposta da GA Pavimentações representa uma economia adicional de **R\$ 37.586,01** para a Administração Pública em comparação com a proposta do recorrente, além de estar **25% abaixo do valor estimado no edital**.

Sendo assim, é preciso verificar a Lei 14.133/2021:

Art. 11. O processo licitatório tem por **objetivos**:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o **resultado de contratação mais vantajoso** para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;



Portanto, está claro que a manutenção do resultado do PL 166/2024 vai ao encontro dos objetivos inscritos na legislação e, por conseguinte, atende ao que informa o interesse público. **A proposta mais vantajosa deve considerar não apenas a qualificação documental, mas também os aspectos econômicos e o benefício financeiro que proporciona à Administração.**

3. QUALIFICAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA

A RECORRIDA CUMPRIU PRECISAMENTE AQUILO QUE FORA EXIGIDO NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Inicialmente, é necessário dizer que a recorrida é constituída como Empresa de Pequeno Porte – EPP. Essa condição atrai a incidência da LC 123 que estabelece tratamento diferenciado a Micro e Pequenas Empresas, sendo um de seus valores máximo inseridos no art. 47: *“Nas contratações públicas da Administração Pública, será concedido tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte.”*

Diante dessa realidade – e da necessidade de garantir tratamento diferenciado – a Administração Municipal estabeleceu o seguinte tratamento, conforme edital de licitação:

8.5.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, observado o disposto no ANEXO VIII.

Anexo VIII

c) As Microempresas e equiparadas deverão, também, apresentar Balanço Patrimonial com Demonstração Financeira devidamente assinada pelo Representante legal e Contador Responsável, **ficando dispensadas de apresentação dos Termos de Abertura e Encerramento, assim como do registro na Junta Técnica ou Cartório de Registro;**



Ora, devido à dispensa de obrigações conferidas a EPP's, a recorrida comprovou sua capacidade econômico-financeira se valendo dos benefícios legais e do edital. O mesmo fez o agente de contratação que, com os olhos na lei e no instrumento convocatório, aprovou a documentação da recorrida e a declarou vencedora do certame.

O posicionamento reflete entendimento do TCU:

Acórdão 1.705/2018 - TCU - Plenário:

*"A exigência de balanço patrimonial registrado na Junta Comercial deve ser relativizada para empresas de pequeno porte, quando o edital prevê dispensa e há **outros meios idôneos de comprovação da capacidade econômico-financeira.**"*

O objetivo desse tratamento diferenciado é promover a competitividade das EPPs, garantindo maior acesso ao mercado e incentivando o desenvolvimento econômico. A GA Pavimentações, como EPP, tem direito à aplicação desse tratamento, o que inclui a flexibilização de exigências formais que não comprometam a qualificação técnica e financeira.

Agora, voltando a atenção para a Lei 14.133/2021, temos:

Art. 69. A habilitação econômico-financeira **visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato**, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

Ora, considerando que o objetivo da qualificação econômico-financeira é demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, é preciso reconhecer que esse objetivo foi atendido através da documentação apresentada pela recorrida.



Os documentos da GA PAVIMENTAÇÕES E LOCAÇÕES LTDA são mais que suficientes para garantir a viabilidade e segurança da contratação. Afinal, o objetivo é garantir que apenas empresas com capacidade financeira adequada sejam habilitadas a executar os contratos, mitigando riscos de inadimplência e garantindo a continuidade da prestação do serviço ou execução da obra. Isto se verifica na documentação apresentada.

***TCU - Acórdão 1.705/2018** - Plenário: Reafirma que exigências excessivas devem ser evitadas, pois podem restringir a competição.*

***TCEMG - Acórdão 8.534/2019**: Estabelece que a Administração deve justificar de forma objetiva os critérios de qualificação econômico-financeira, evitando exigências desproporcionais.*

O Tribunal de Contas da União (TCU) já decidiu que **a falta de registro de balanço patrimonial na Junta Comercial não é suficiente para desqualificar licitantes quando outras formas de comprovação estão presentes:**

***"Acórdão 1.705/2018 - TCU - Plenário:** (...) A exigência de balanço patrimonial registrado na Junta Comercial deve ser relativizada para empresas de pequeno porte, quando o edital prevê dispensa e há outros meios idôneos de comprovação da capacidade econômico-financeira."*

Assim, considerando que a GA Pavimentações preencheu os requisitos do edital e demonstrou sua capacidade financeira, o recurso deve ser indeferido.

4. EVENTUAL NECESSIDADE DE DILIGÊNCIA

A EVENTUAL INABILITAÇÃO DA RECORRIDA NÃO PODE SE DAR DE FORMA IMEDIATA. NECESSIDADE DE PROMOVER DILIGÊNCIA A FIM DE SANAR O PROCESSO LICITATÓRIO



Caso a situação aventada no recurso administrativo gere dúvidas, é necessário que se proceda a diligência a fim de, preservando o resultado da licitação e sua vantajosidade, sejam envidados esforços para saneamento de eventuais falhas ou descuidos formais do licitante.

A necessidade de diligência previamente à inabilitação do licitante vencedor emerge da Lei 14.133/2021 e da jurisprudência dos tribunais de contas nacionais.

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para **apurar fatos existentes à época da abertura** do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá **sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica**, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação

O melhor entendimento acerca das licitações públicas caminhou jurisprudencialmente para considerar obrigatórios os esforços da Comissão de Licitação na direção de salvar o procedimento e garantir a ampla participação e competição, visando, obviamente, o interesse público que, neste particular, se consubstancia na contratação mais vantajosa, somente realizável quando a participação dos interessados é assegurada pelos agentes envolvidos.

TCU. Acórdão 1795/2015 – Plenário

É irregular a inabilitação de licitante em razão de **ausência de informação exigida pelo edital**, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante **e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, § 3º**, da Lei 8.666/93, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame. (Acórdão 1795/2015 – Plenário)

Rodovia BR-040, S/N, KM 523 | Chácara Boa Vista, Contagem | Minas Gerais | (31) 9557-3820



TCU. Acórdão 3418/2014 – Plenário

Ao constatar incertezas sobre o cumprimento de disposições legais ou editalícias, **especialmente dúvidas que envolvam critérios e atestados que objetivam comprovar a habilitação das empresas em disputa**, o responsável pela condução do certame **deve promover diligências** para aclarar os fatos e confirmar o conteúdo dos documentos que servirão de base para a tomada de decisão da Administração (art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993). (Acórdão 3418/2014 – Plenário)

Isso porque os órgãos públicos, quando pretendem realizar compras ou contratar com o setor privado, devem (e aqui é um dever inquestionável) buscar a proposta mais vantajosa, sendo que esta, vez por outra, tem o poder de causar um elastecimento nas normas ligadas a aspectos formais da licitação.

Sim, quando diante de uma proposta evidentemente vantajosa de contratação/aquisição, a Administração não só pode como deve relaxar amarras formais, evitando o exagero e permitindo a realização do melhor negócio para o ente público.

TCU. Acórdão 1795/2015 – Plenário

É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, **quando a documentação entregue contiver de maneira implícita** o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, **por representar formalismo exagerado**, com prejuízo à competitividade do certame. (Acórdão 1795/2015 – Plenário)

REQUERIMENTO DE DILIGÊNCIA

Ainda que se cogite alguma insuficiência formal nos documentos apresentados, a **própria Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021)** prevê que a administração deve conceder prazo para saneamento, conforme **art. 64, § 1º**:

"A administração poderá, a qualquer tempo, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório."

Nesse sentido, caso seja entendida a necessidade de algum ajuste, requer-se a **abertura de diligência**



para saneamento da documentação, em respeito aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

5. CONCLUSÃO

Diante do exposto, requer-se:

1. **O indeferimento do recurso**, tendo em vista que a GA Pavimentações atendeu plenamente ao edital;
2. **O reconhecimento da validade do balanço patrimonial apresentado**, nos termos do edital e da jurisprudência do TCU;
3. **Caso entenda necessário, a administração realize diligência para sanar eventuais falhas formais**, nos termos do art. 64, § 1º da Lei nº 14.133/2021.
- 4.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Sete Lagoas, 03 de fevereiro de 2025

ANDRE LUIS ROSARIO
CRUZ:02174293196

Assinado de forma digital por
ANDRE LUIS ROSARIO
CRUZ:02174293196
Dados: 2025.02.04 10:31:45 -03'00'

GA PAVIMENTAÇÕES E LOCAÇÕES LTDA



BALANÇO
Valores expressos em Reais (R\$)

ATIVO

CIRCULANTE	3.433.653,85
DISPONÍVEL	136.283,71
BENS NUMERÁRIOS	0,00
DEPÓSITOS BANCÁRIOS A VISTA	136.283,71
APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA	0,00
CLIENTES	1.081,08
DUPLICATAS A RECEBER	1.081,08
OUTROS CRÉDITOS	3.296.289,06
ADIANTEMENTOS A TERCEIROS	3.082.958,24
ADIANTEMENTOS A FUNCIONARIOS	0,00
TRIBUTOS A RECUPERAR	213.330,82
NÃO CIRCULANTE	48.333,34
IMOBILIZADO	48.333,34
BENS EM OPERAÇÃO	50.000,00
(-) DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO/EXAUSTÃO ACUMULADA	(1.666,66)
TOTAL DO ATIVO	3.481.987,19

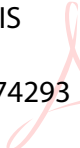
Empresa: 0136 GA PAVIMENTAÇÕES E LOCAÇÕES LTDA
Cidade: Contagem
CNPJ: 41.240.636/0001-98

Endereço: Rua BR-040, 0
Estado: MG

Contagem (MG), 31/12/2023

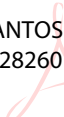
B A L A N Ç O
Valores expressos em Reais (R\$)

ANDRE LUIS
ROSARIO
CRUZ:02174293
196



Assinado de forma
digital por ANDRE LUIS
ROSARIO
CRUZ:02174293196
Dados: 2025.01.10
15:10:55 -03'00'

FLAVIO DOS SANTOS
BORGES:0416728260
7



Assinado de forma digital
por FLAVIO DOS SANTOS
BORGES:04167282607
Dados: 2025.01.10
14:22:01 -03'00'

FLAVIO DOS SANTOS BORGES
CRC: 1-MG-089237/O-2 - Contador
CPF: 041.672.826-07

BALANÇO
Valores expressos em Reais (R\$)

PASSIVO

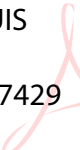
CIRCULANTE	2.526.773,27
FORNECEDORES	12.142,31
FORNECEDORES NACIONAIS	12.142,31
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	67.613,71
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	67.613,71
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PRVIDENCIÁRIAS	239.247,94
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	53.186,00
OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	14.503,69
PROVISÕES	171.558,25
OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.207.769,31
ADIANAMENTOS DE CLIENTES	2.207.769,31
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	955.213,92
CAPITAL SOCIAL	150.000,00
CAPITAL SUBSCRITO	150.000,00
LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS	805.213,92
LUCROS E PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO	805.213,92
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.481.987,19

Empresa: 0136 GA PAVIMENTAÇÕES E LOCAÇÕES LTDA
Cidade: Contagem
CNPJ: 41.240.636/0001-98

Endereço: Rua BR-040, 0
Estado: MG

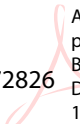
B A L A N Ç O
Valores expressos em Reais (R\$)

ANDRE LUIS
ROSARIO
CRUZ:0217429
3196



Assinado de forma digital por ANDRE LUIS ROSARIO
CRUZ:02174293196
Dados: 2025.01.10 15:10:38 -03'00'

FLAVIO DOS
SANTOS
BORGES:041672826
07



Assinado de forma digital por FLAVIO DOS SANTOS BORGES:04167282607
Dados: 2025.01.10 14:22:26 -03'00'

FLAVIO DOS SANTOS BORGES
CRC: 1-MG-089237/O-2 - Contador
CPF: 041.672.826-07